

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Poder em jogo](#)..... 3

O Estado de S. Paulo

[Título: Impasse adia definição sobre cessão onerosa](#)..... 8

[Título: Renovação de concessão destrava venda da Cesp](#)..... 10

Valor Econômico

[Título: União vai cobrar R\\$ 1 bi para alongar concessão da Cesp](#)..... 41

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....3

Título: Poder em jogo..... 3

Título: Notas 3

Título: Petrobras estuda pagamento de dividendos a cada trimestre..... 4

Título: Aço: Brasil se aproxima de bancada dos EUA 6

Título: Governo desiste de desbloquear Orçamento até o fim do mês..... 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....8

Título: Impasse adia definição sobre cessão onerosa 8

Título: Renovação de concessão destrava venda da Cesp	10
Título: Fórum dos leitores	11
Título: Petrobrás tem 4º ano seguido de prejuízo	12
Título: Estatal estuda mudar política de dividendos.....	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Combustível	14
Título: EUA suspeitam que Brasil compra aço da China para depois reexportar	14
Título: Ligar para presidente americano pouco adiantaria, diz embaixador	16
Título: Ação contra taxa de Trump divide siderúrgicas do país	17
Título: Eletrobras privatizada e megaleilão de petróleo dariam R\$ 40 bi à União	19
Título: Eletropaulo cancela projeto de bateria em SP	21
Título: Petrobras tem prejuízo de R\$ 446 milhões em 2017	22
VEÍCULO: Correio Braziliense	24
Título: Obras malfeitas ainda assombram a Petrobras	24
Título: Bolsa reage mal e cai.....	27
Título: Volta de dividendos no radar.....	28
Título: O papel da sustentabilidade	29
Título: Eletricidade racionada	31
VEÍCULO: Valor Econômico	33
Título: Indústria de alumínio teme ser preterida na reação do Brasil à sobretaxa dos EUA ..	33
Título: País busca apoio de congressistas contra imposição de tarifa	35
Título: Soja e minério puxam alta do IGP-10 em março	36
Título: Petrobras tem 4º prejuízo e indica que ajustes estão perto de acabar	37
Título: Após vetos do Cade, Ultra vai mirar negócios no exterior	39
Título: Destaques	41
Título: União vai cobrar R\$ 1 bi para alongar concessão da Cesp.....	41
Título: Petrobras pode pagar dividendo no 1º tri	42
Título: Corte da dívida em 2017 respondeu por um terço das gigantes do setor	44
Título: União vai cobrar R\$ 1 bi para alongar concessão da Cesp.....	45
Título: Petrobras derruba Ibovespa em dia de perdas para emergentes	46

VEÍCULO: O Globo**Seção: Página 2 / colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: Poder em jogo**

Pressão

Embora o próprio relator, deputado José Carlos Aleluia (DEM), admita dificuldade na tramitação da privatização da Eletrobras no Congresso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) aposta que o tema será resolvido antes das eleições, junto à definição de um novo modelo elétrico para o setor. A CNI vai reunir, na próxima quarta-feira, os principais atores do processo de privatização da empresa no seminário “Setor elétrico: enfrentando os desafios”. O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, já confirmou presença no evento com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Notas**

Custo da corrupção I

O valor de mercado da Petrobras encolheu R\$ 10 bilhões ontem, após o anúncio de prejuízo de R\$ 446 milhões em 2017, o quarto ano seguido de perdas. A empresa calculou uma nova baixa contábil e reservou mais R\$ 11,2 bi para pagar o acordo que encerra a ação coletiva contra a companhia nos EUA. Ela havia sido processada por investidores prejudicados pela corrupção. Sem a provisão, a Petrobras teria tido lucro de R\$ 7 bilhões no ano. Celson Plácido, estrategista-chefe da XP, destaca o resultado operacional da petrolífera, com o 11º trimestre seguido de fluxo de caixa positivo, o que sobra depois de pagar despesas e investir. Isso não vinha acontecendo antes de 2016.

Custo da corrupção II

O ex-senador Delcídio do Amaral e ex-executivos da Petrobras viraram réus pela compra da refinaria de Pasadena, em 2006. Nesse caso, impressiona como o esquema de corrupção não teve dificuldade para autorizar um negócio que já era considerado ruim na época. Quatro anos antes, em 2002, a Petrobras havia contratado a consultoria Aegis Muse para mapear refinarias nos EUA. Entre 25

usinas, Pasadena ficou em 21º lugar, considerada em “situação precária”. Além de equipamentos antigos e obsoletos, ela era usada para refinar petróleo leve, diferente do petróleo pesado brasileiro. Por uma propina de US\$ 15 milhões, a diretoria-executiva da Petrobras autorizou que se pagasse US\$ 360 milhões por 50% de Pasadena. Um ano antes, 100% da refinaria havia sido comprada por US\$ 42 milhões pela Astra Oil.

Risco.

A queda na extração de petróleo da Venezuela pode provocar um déficit na produção mundial, alertou a Agência Internacional de Energia.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa, Ramona Ordoñez E Ana Paula Ribeiro

Título: Petrobras estuda pagamento de dividendos a cada trimestre

Medida, que divide analistas, ainda precisa de aprovação do Conselho.

A Petrobras anunciou ontem que estuda pagar dividendos a seus acionistas de forma trimestral e não mais anualmente, como faz hoje. O presidente da companhia, Pedro Parente, disse ontem que a mudança, se aprovada pelo Conselho de Administração, pode resultar em pagamentos referentes a resultados já no primeiro trimestre deste ano. Para analistas de mercado, a nova prática favoreceria as ações da estatal na Bolsa.

— A maior previsibilidade nos resultados da empresa é que vai permitir uma visão mais concreta sobre a possibilidade do pagamento de dividendos trimestrais. Temos uma altíssima probabilidade de pagar dividendos já nos resultados do primeiro trimestre, caso a política seja aprovada pelo Conselho e pela assembleia de acionistas.

O pagamento trimestral é uma prática adotada por várias empresas globais. Achamos que será positivo — disse Parente. A estatal está há quatro anos sem pagar dividendos devido aos prejuízos registrados pela companhia no período. Para Pedro Galdi, analista de investimento da Mirae Corretora, a distribuição dos lucros ao longo do ano é uma boa ideia: — Sem dúvida, a ação ganha mais fôlego ao ter esse pagamento a cada trimestre.

E passa a ser atraente para as carteiras dos fundos de investimentos com foco na distribuição de dividendos. Além disso, há uma expectativa de que a Vale faça o mesmo no fim deste mês. Carlos Soares, analista da Magliano Corretora,

lembrou que o mercado já esperava alguma mudança nos dividendos: — Era um ponto que deixava o mercado ansioso.

Será bom para a companhia e os investidores. Mas a estatal ainda precisa explicar como será feito isso. Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos, não é tão otimista sobre o efeito de uma nova política de dividendos. Ela avalia que, se aprovada, a ideia pode pressionar o caixa da Petrobras no curto prazo, impedindo uma redução mais rápida da relação entre o endividamento e a geração de caixa da empresa: — A alavancagem ainda não está em um nível confortável. Uma retenção de caixa nesse primeiro momento contribuiria para a redução.

Por isso, a nova política de dividendos traz alguma preocupação. Segundo advogados ouvidos pelo GLOBO, a mudança pode ter como objetivo impedir que acionistas donos de ações preferenciais (PNs) passem a ter direito a voto após três exercícios sem distribuição de dividendos. A mudança está prevista na Lei das S.A. Porém, o tema é controverso.

Especialistas lembram que a companhia pode usar o artigo 62 da Lei do Petróleo, de 1997, para evitar que as ações PNs tenham direito a voto. Quem investiu em ações da Petrobras com recursos do Fundo de Garantia (FGTS) recebe dividendos de forma indireta. O dinheiro é reinvestido pelo fundo de investimentos ao qual esses investidores aderiram, aumentando o seu patrimônio e, logo, valorizando a cota de cada um. O mesmo acontece com os cotistas de outros fundos de recursos próprios que têm ações da Petrobras no seu portfólio.

AÇÕES EM QUEDA ONTEM

Mesmo com o aceno de dividendos mais cedo, os investidores reagiram negativamente ao balanço da estatal ontem. As ações preferenciais (PNs) recuaram 4,78%, cotadas a R\$ 21,31. As ordinárias caíram 2,07%, a R\$ 23,02. A estatal perdeu R\$ 9,6 bilhões em valor de mercado, que agora é de R\$ 291,4 bilhões.

Luiz Roberto Monteiro, operador da Renascença Corretora, estima que, por conta do peso das ações da Petrobras no Ibovespa, a queda dos papéis da estatal respondeu por cerca de um quarto do desempenho negativo (-1,3%) ontem do principal índice da Bolsa de São Paulo, a B3: — A Petrobras tem um peso importante na carteira teórica do Ibovespa, e, por isso, a reação ao balanço da empresa contribuiu fortemente para o índice ficar no negativo o dia todo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Aço: Brasil se aproxima de bancada dos EUA**

Ação inclui conversas com congressistas da área siderúrgica.

O governo brasileiro age em duas frentes para proteger a indústria siderúrgica dos efeitos da sobretaxa de 25% que será aplicada nas importações de aço pelos Estados Unidos: junto a autoridades e congressistas americanos, em Washington, e na Organização Mundial do Comércio (OMC), conversando com mercados produtores, como União Europeia, México, Austrália, Japão, Coreia do Sul, Suíça e Noruega.

A bancada siderúrgica no Congresso americano reúne 48 deputados. O embaixador do Brasil nos EUA, Sergio Amaral, está procurando cada um dos congressistas, para defender a exclusão do aço brasileiro da medida protecionista. Ontem, o diplomata conversou com Rick Crawford, deputado republicano do Arkansas.

ESTRATÉGIA CONJUNTA NA OMC

Amaral argumenta que o aço brasileiro não oferece qualquer tipo de ameaça ao mercado americano. Ele afirma que, na última década, o Brasil teve um déficit acumulado na balança de comércio e serviços com os EUA de US\$ 250 bilhões, o que daria uma média de US\$ 25 bilhões por ano.

Em outra frente, nas conversas com países produtores e em contatos telefônicos, o governo brasileiro tenta desenvolver uma estratégia conjunta caso decida levar o assunto ao âmbito da OMC. Isso, porém, não é a saída preferencial. Por enquanto, as autoridades do Brasil avaliam que só se deve brigar com os EUA no organismo se não houver acordo

Opinião :: Rota certa

Faz sentido a estratégia brasileira de, se for necessário reagir com medidas práticas às medidas protecionistas de Trump no aço e alumínio, acionar a OMC com outros países também prejudicados.

Além de ter mais força diplomática, a iniciativa ganha um impulso extra pela antipatia que políticas isolacionistas geram dentro e fora dos Estados Unidos. O protecionismo não deixa de ser uma forma de se apartar do mundo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck****Título: Governo desiste de desbloquear Orçamento até o fim do mês**

Mesmo com alta na arrecadação, para equipe econômica, há incertezas no campo fiscal.

- A equipe econômica desistiu de fazer um desbloqueio no Orçamento de 2018 até o fim do mês. Depois de reunião da Junta Orçamentária (composta pelos ministérios da Fazenda, Planejamento e Casa Civil) ontem, os integrantes do governo avaliaram que, apesar de a arrecadação no primeiro bimestre do ano ter ficado bem acima das expectativas — superando R\$ 10 bilhões — ainda há incertezas sobre o cenário fiscal que exigem cautela em relação à liberação de gastos.

A Junta também discutiu, de forma preliminar, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2019, que precisará explicar como será cumprida a regra de ouro (pela qual o governo não pode emitir dívida para pagar despesas de custeio, como salários). Os cálculos da área econômica apontam um desequilíbrio previsto de R\$ 200 bilhões na regra de ouro do ano que vem. Por isso, várias alternativas para cobrir essa diferença estão em estudo.

Uma delas é rever a projeção para a meta fiscal de 2019, hoje fixada num déficit primário de R\$ 139 bilhões. Ela não seria modificada, mas diante de um quadro mais favorável de receitas (devido ao crescimento da economia, por exemplo), a estimativa de rombo incluída no PLDO de 2019 seria menor. A sobra poderia reduzir o descasamento da regra de ouro. Isso seria explicado na proposta.

DESAFIO É RESOLVER REGRA DE OURO EM 2019

Este ano, o governo fez um bloqueio de despesas de R\$ 16,2 bilhões no Orçamento em fevereiro. Uma parte desse valor — R\$ 8 bilhões — foi decorrente da incerteza em relação à concretização da privatização da Eletrobras.

Como a arrecadação em janeiro e fevereiro ficou acima do esperado, alguns técnicos da equipe econômica defendiam que havia espaço para desbloquear uma parte desse valor — cerca de R\$ 5 bilhões — até o dia 20 de março, quando será publicado um novo relatório de avaliação de receitas e despesas. No entanto, prevaleceu o argumento de outra parte da equipe, de que é melhor esperar um pouco mais a evolução da situação fiscal do ano, especialmente considerando que há incertezas no horizonte.

— É mais eficiente a estratégia de aguardar e ir liberando os gastos aos poucos. Seria mais doloroso liberar os R\$ 8 bilhões da Eletrobras de uma vez e depois ter que bloquear de novo — disse um técnico da área econômica. Além de prever um aumento de gastos com a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, o relatório bimestral deve trazer uma reavaliação dos desembolsos com a Previdência Social.

Segundo os técnicos, o governo havia revisado para baixo as despesas com o pagamento de benefícios em parte por causa do reajuste menor do salário mínimo em 2017. Essa economia foi estimada em R\$ 7 bilhões, mas segundo um integrante da área econômica, a conta pode ser sido excessivamente otimista. Outra incerteza está na postergação do aumento do funcionalismo, que daria uma economia de R\$ 4,4 bilhões em 2017.

Essa proposta foi apresentada e suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado e aguarda julgamento do mérito na Corte. Os próprios técnicos do governo admitem que quanto mais tempo se passar, menores serão as chances de o governo vencer a disputa, pois os servidores já começaram a receber o aumento no contracheque.

O PLDO de 2019 — que traz as diretrizes para a elaboração do Orçamento do ano que vem — precisa ser encaminhado ao Congresso até 15 de abril. No momento, o maior desafio é definir o que fazer com a regra de ouro. Nos últimos anos, a saída foi recorrer a devoluções antecipadas de recursos aportados no BNDES para evitar o descumprimento.

Em 2019, já se sabe que isso não será possível, e a equipe econômica tem rombo superior a R\$ 200 bilhões em despesas que não poderão ser cumpridas dentro da norma. Além de ajustar o cenário para o resultado primário, o governo também estuda prever uma fatia dos gastos como “despesa contingente” na LDO de 2019.

Elas ficariam condicionadas à aprovação, no Congresso, de um projeto que permita uma exceção à regra de ouro, com liberação de crédito no valor necessário para cobrir descasamento. A previsão de uma rubrica contingente já foi utilizada outras vezes, mas pelo lado da receita, como para a criação da CPMF ou a privatização da Eletrobras, por exemplo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Impasse adia definição sobre cessão onerosa

União e Petrobrás ainda negociam liberação da exploração no pré-sal sem licitação, em troca de pagamento bilionário.

O governo federal vai prorrogar por mais 60 dias o prazo de funcionamento da comissão interministerial criada para resolver o impasse em torno da revisão do contrato de cessão onerosa de exploração de áreas de petróleo do pré-sal. A equipe econômica avalia, no entanto, que ainda tem todas as condições de fazer ainda este ano o megaleilão dos barris excedentes do óleo.

A avaliação é de que entre o anúncio da conclusão das negociações e a realização do leilão será necessário um prazo de três a quatro meses. Com a prorrogação, o prazo para a conclusão do acordo final foi transferido para 16 de maio. Pelo contrato da cessão onerosa, assinado em 2010, a Petrobrás ganhou o direito de explorar áreas do pré-sal sem licitação em troca de um pagamento bilionário ao governo.

O contrato previa renegociar os valores de acordo com a evolução do preço do petróleo. Como a cotação caiu desde sua assinatura, em 2010, a estatal tem direito a uma compensação financeira. Em 2010, a Petrobrás ganhou o direito de explorar 5 bilhões de barris de óleo sem licitação (a chamada cessão onerosa), e em troca o governo recebe uma parte do petróleo produzido. Quando o acordo foi fechado, a cotação estava mais alta, e com a queda de preços a estatal avalia que deve ser ressarcida.

A intenção inicial do governo era terminar as negociações com a petroleira no prazo inicial, que termina neste sábado, e fazer o leilão no início de julho. Mas as negociações ainda não estão concluídas e o governo vai precisar de mais tempo. Nada impede, porém, que se chegue a um acordo antes do final do prazo - antes de 16 de maio.

Regra de ouro.

Apesar do atraso, uma fonte da equipe econômica avaliou ao Estadão/Broadcast que as negociações estão caminhando, avançando “favoravelmente”. A fonte informou que a Petrobrás e o governo não chegaram a um acordo sobre o preço de petróleo que será utilizado na revisão do contrato.

Publicamente, o **Ministério de Minas e Energia** admitiu a possibilidade de arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões com a venda do óleo excedente. Segundo a fonte da equipe econômica, os recursos arrecadados com o leilão ainda em 2018 terão “duplo” papel para ajudar as contas públicas em 2018 e 2019. Por um lado, a receita do leilão vai ajudar a diminuir o déficit fiscal previsto para este ano, de R\$ 159 bilhões, além do bom resultado da arrecadação de tributos federais, que continua surpreendendo positivamente.

De outro, a receita obtida com o leilão também vai contribuir para o cumprimento da chamada “regra de ouro” em 2019. Prevista na Constituição, a regra de ouro impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como o pagamento de salários e aluguéis, por exemplo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Adriana Fernandes

Título: Renovação de concessão destrava venda da Cesp

União vai cobrar R\$ 1 bilhão para renovar Porto Primavera, maior ativo da estatal; privatização está parada desde setembro do ano passado.

O governo federal está perto de fechar o valor que vai cobrar na renovação da concessão da usina de Porto Primavera, maior ativo da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). É um passo importante para destravar a privatização da empresa paulista até o fim do primeiro semestre. O "Estadão/Broadcast" apurou que o valor deve ficar em cerca de R\$ 1 bilhão. O processo está parado desde setembro de 2017, quando o governo paulista suspendeu o edital por falta de interessados. A privatização da Cesp será feita em uma operação conjunta entre a União e o Estado de São Paulo.

Um decreto publicado em janeiro deste ano facilitou o processo, ao permitir a venda da empresa associada a um novo contrato de concessão para a usina de Porto Primavera, que vence apenas em maio de 2028. A União autorizou a extensão da concessão em troca do pagamento de uma outorga, que corresponderia ao valor excedente que se arrecadaria com a prorrogação do prazo de concessão. O valor de R\$ 1 bilhão leva em conta o benefício econômico-financeiro adicionado pelo novo contrato, com duração de 30 anos, representado pelo Valor Presente Líquido (VPL) adicional.

Como a Cesp ainda tem 10 anos de concessão da usina, o VPL do contrato atual, com duração até 2028, reduz o valor final da outorga. A outorga fica com a União, pois serviços de energia elétrica são uma concessão federal. Se houver ágio, ele será dividido proporcionalmente entre Cesp e União. Vantagem. Outro fator que diminui a outorga diz respeito a uma questão técnica do setor elétrico. Na semana passada, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** publicou uma portaria com a nova garantia física da hidrelétrica de Porto Primavera, inferior à anterior.

Com uma garantia física menor, a energia que a usina pode comercializar diminui, assim como o valor da outorga. A venda combinada é vantajosa para as duas partes. Para o governo de São Paulo, é uma forma de maximizar receitas.

Se fizesse a privatização sem um novo contrato de concessão para a hidrelétrica, os recursos obtidos pelo governo paulista seriam menores. Para o governo federal, a operação é uma forma de antecipar receitas futuras, que chegariam apenas em 2028 caso o contrato fosse levado até o fim. Essa receita extraordinária vai reforçar o Orçamento deste ano e deve ajudar a União a cumprir a meta fiscal.

Com base no valor da outorga, o governo de São Paulo vai definir o modelo da privatização e o novo preço mínimo da ação da empresa. A previsão é que o edital seja publicado até o início de abril, antes do prazo de desincompatibilização do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que deve deixar o cargo para concorrer à Presidência da República. E a expectativa é de que o leilão seja realizado até o fim de junho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Espaço aberto

Autor:

Título: Fórum dos leitores

Impactos na natureza

Mais um elefante branco começa a mostrar os transtornos causados e outros que ainda estão por vir, com impactos ambientais terríveis no meio ambiente. Como de costume aqui, no Brasil, gente graúda deve estar levando ou já levou propina para aprovar uma obra faraônica como essa, é só investigar... Além do que transportar essa energia do norte para o sul do País já é um absurdo. Temos de migrar para a geração distribuída, cujo princípio básico é produzir a energia onde é consumida. E pensar que temos energia solar fotovoltaica, solar térmica concentrada, eólica, biomassas diversas em abundância, para não citar outras fontes renováveis para abastecer toda a necessidade energética do País, tal como o reaproveitamento do lixo para queima e geração de vapor e biogás, resolvendo também o enorme problema nacional dos lixões a céu aberto. Mas ainda há esperança, pois a Comissão Senado do Futuro debate atualmente as energias renováveis de forma politicamente correta, esperamos. Oxalá não pensem só na velha “lei de Gerson”, de querer levar vantagem em tudo, cuja regra hoje lamentavelmente impera na política nacional.

ARTUR LOVRO, engenheiro / artlovro@hotmail.com São Paulo

Peixes mortos em Belo Monte

Antes quase intocada, a Região Norte do País sofre com desmatamento sem controle, vazamento irresponsável e criminoso de dejetos tóxicos de uma usina

multinacional (norueguesa, vejam só!) e a inacreditável mortandade de peixes por conta de testes e da entrada em operação das turbinas da hidrelétrica de Belo Monte. Não há multa do Ibama e de outros órgãos de preservação ambiental que faça cessar/compensar as terríveis consequências. Esqueceram que a natureza não se defende, mas se vinga. Aguardem.

HERMANN GRINFELD hermann.grinfeld@yahoo.com.br São Paulo

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Denise Luna

Título: Petrobrás tem 4º ano seguido de prejuízo

Segundo Pedro Parente, faxina financeira que começou após a Operação Lava Jato está perto do fim e resultado deste ano deve ser positivo.

Após anunciar o quarto prejuízo anual consecutivo, a diretoria da Petrobrás sinalizou ontem que no primeiro trimestre deste ano vai voltar a pagar dividendos aos acionistas. Em 2017, a empresa perdeu R\$ 466 milhões, principalmente, por conta do acordo de R\$ 11,1 bilhões firmado com investidores norte-americanos para encerrar ação na Justiça.

A adesão a programas de regularização de débitos com o governo federal levou mais R\$ 10,43 bilhões do caixa da empresa. O presidente da companhia, Pedro Parente, classificou o resultado como “muito bom” e indicou que a faxina financeira iniciada em 2014, após a Operação Lava Jato, da Polícia Federal, está próxima do fim.

O diretor Financeiro, Ivan Monteiro, disse que razões pontuais levaram ao prejuízo. Sem o acordo para encerrar a ação coletiva nos Estados Unidos, a Petrobrás teria anunciado um lucro líquido de R\$ 7 bilhões.

Monteiro também declarou estar “animado” com 2018. “As grandes incertezas, as questões que aconteceram no passado, estão sendo resolvidas”. Ele aposta no crescimento da produção no pré-sal e também na recuperação da participação no mercado de combustíveis, perdida em 2017 para importadores, para melhorar o desempenho da petroleira. Expectativa.

No relatório que enviou aos clientes, o Itaú BBA disse esperar que a Petrobrás continue melhorando os resultados operacionais, com a redução contínua dos custos e uma recuperação da participação no mercado interno de combustíveis. “Também esperamos que o programa de venda de ativos ganhe impulso nos

próximos meses. Estes são gatilhos importantes para consolidar a confiança dos investidores”, disse o relatório do Itaú BBA.

A mensagem otimista da empresa, no entanto, não convenceu o mercado, que penalizou as ações. Os papéis ordinários (com direito a voto) fecharam o dia com queda de 2,08% e os preferenciais, de 4,78%. Os analistas já contavam com um quarto trimestre negativo, por conta do acordo com os investidores americanos. O mercado não previa, no entanto, o anúncio de mudanças na política de pagamento de dividendos, que, apesar de positivo, gera incerteza. Pesou também a postergação das negociações com o governo federal em torno de um possível crédito pela aquisição de 5 bilhões de barris no pré-sal em 2010, anunciada pela diretoria ontem.

Desde 2015, a Petrobrás reivindica ao Tesouro Nacional o retorno de parte dos R\$ 75 bilhões pagos por um conjunto de áreas no pré-sal há oito anos. A empresa argumenta que a cotação do barril utilizada para calcular o valor das áreas foi superestimada. Essa revisão de valores é debatida por um comitê de representantes do governo, que concluiria o trabalho neste mês. Mas, segundo a diretora de Exploração e Produção da companhia, Solange Guedes, o prazo foi postergado para maio (leia mais abaixo).

Dívida.

Além disso, o compromisso com o pagamento de dívida aumentou. A relação entre endividamento líquido e geração de caixa passou de 3,16 vezes no fim de setembro para 3,67 vezes em 31 de dezembro. Ainda assim, a promessa de deixar a empresa mais saudável até o fim do ano está mantida. “A meta é 2,5 vezes em dezembro de 2018 e nós vamos atingir essa meta”, afirmou Monteiro.

A boa notícia do balanço de 2017 foi o recorde de produção de petróleo no Brasil, de 2,15 milhões de barris por dia. E o aumento das exportações de petróleo e derivados, que alcançaram 669 mil barris no ano passado, num momento de valorização das cotações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / Fernanda Nunes

Título: Estatal estuda mudar política de dividendos

Depois de quatro anos sem receber dividendos, os acionistas da Petrobrás tiveram ontem uma boa notícia do presidente da empresa, Pedro Parente: a estatal estuda pagar dividendos trimestrais, em vez de anuais. Isso ocorreria já no primeiro trimestre de 2018, antecipando recursos que seriam pagos apenas

em 2019. Antes, porém o pagamento dos dividendos deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração e por uma assembleia de acionistas, porque envolve mudança no estatuto da companhia.

O pagamento antecipado, segundo Parente, é possível graças à maior previsibilidade da situação financeira da companhia, após medidas que vêm sendo tomadas desde o início da sua gestão. Apesar do prejuízo registrado em 2017, de R\$ 446 milhões (leia texto ao lado), a Petrobrás indicou que em 2018 os acionistas podem esperar um desempenho melhor. “Temos uma altíssima possibilidade de pagar dividendos no primeiro trimestre de 2018”, afirmou Parente, após a divulgação o resultado da empresa no ano passado.

Ele informou que o estudo sobre a mudança na periodicidade do pagamento de dividendos foi solicitado pelo Conselho de Administração da empresa. “Como o Conselho pediu o estudo, acho que não haverá problema na sua aprovação”, avaliou Parente. Ele afirmou que o pagamento de dividendos trimestrais é uma prática comum no mundo todo e no Brasil é geralmente feito pelas instituições financeiras. “Não é uma decisão inusitada, mas uma visão de aperfeiçoamento”, explicou o presidente da estatal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Combustível

Mercado Aberto

A ANP (Agência Nacional do Petróleo) passa a divulgar nesta sexta (16) a composição dos preços de combustível e os custos de cada etapa da cadeia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: RAQUEL LANDIM DE SÃO PAULO

Título: EUA suspeitam que Brasil compra aço da China para depois reexportar

Chamada de triangulação, suposta prática pode servir de pretexto para manter sobretaxa ao país

Setor brasileiro nega que insumo chinês seja negociado; prazo para exclusão da lista de Trump está no fim

Os Estados Unidos suspeitam que o Brasil esteja praticando triangulação de aço chinês. O setor siderúrgico brasileiro nega, mas a desconfiança pode servir de pretexto para não excluir o país do grupo de nações que terão o produto sobretaxado.

A prática de triangulação —importar aço da China e reexportar para o mercado americano— é uma das principais preocupações do governo dos EUA e deve ser um dos critérios usados nas negociações com os países exportadores.

O presidente Donald Trump anunciou que elevará as tarifas de importação de aço de 0,9°/o para 25°/o e de alumínio de 2% para 10% a partir do fim do dia 23 de março, mas deixou a porta aberta para negociações país a país.

No fim de fevereiro, Will Ross, secretário de Comércio dos EUA, expressou sua preocupação de que o Brasil estivesse reexportando aço chinês em encontro com Marcos Jorge, ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em Washington.

Jorge explicou ao americano que isso é impossível, porque 80% das exportações de aço do Brasil são produtos semiacabados, que servem como matéria-prima para siderúrgicas americanas. Também salientou que o país importa carvão americano.

"Já deixamos claro para o governo americano que o Brasil não faz triangulação de aço chinês. Praticamente nem exportamos aço plano para os EUA", disse Marco Polo Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil.

Em março de 2016, os Estados Unidos aplicaram uma tarifa antidumping para produtos siderúrgicos acabados do Brasil, acusando o país de vender abaixo do preço de custo. Na época, os americanos investigaram se o Brasil fazia triangulação, mas não encontraram nada.

Antes da conversa entre os dois ministros, membros do Congresso dos EUA já tinham expressado a suspeita de prática de triangulação a representantes do setor siderúrgico brasileiro, depois de serem questionados sobre as razões para o Brasil ter sido incluído numa espécie de "lista negra" do Departamento de Comércio (DOC).

No fim de janeiro, relatório do DOC colocou o Brasil num grupo de 12 nações cujo aço poderia ser sobretaxado em 53%. Além de China e Brasil, também faziam parte Malásia, Vietnã e Coreia do Sul, nações frequentemente suspeitas de reexportação de aço chinês.

A administração Trump, no entanto, acabou optando por elevar a tarifa geral de importação de aço para 25% e iniciar negociações bilaterais com os países. Mas não está descartada outra mudança na alíquota caso muitos exportadores acabem excluídos da sobretaxa. O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA atrás apenas do Canadá.

PRAZO

Segundo Pablo Bentes, diretor-executivo do escritório de advocacia Steptoe & Johnson, sediado em Washington, o prazo para negociar uma exceção com o governo americano para a sobretaxa do aço está acabando e a fila de interessados é longa.

Ele afirma que a Austrália está perto de ser excluída e que a Coreia do Sul, que tem um acordo de livre-comércio com os EUA, já marcou uma rodada de conversas para a próxima semana.

Também destacou a movimentação da Argentina, cujo presidente Mauricio Macri falou diretamente com o presidente americano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: ESTELITA HASS CARAZZAI DE WASHINGTON

Título: Ligar para presidente americano pouco adiantaria, diz embaixador

O embaixador do Brasil em Washington, Sergio Amaral, defendeu em entrevista à Folha a postura do país no imbróglio das tarifas sobre o aço exportado para os Estados Unidos, e disse que o governo "agiu preventivamente e continua a agir" para evitar a aplicação da sobretaxa sobre as siderúrgicas nacionais.

Segundo ele, uma ligação do presidente Michel Temer para Donald Trump, como fizeram outros países como o Canadá e a Argentina, pouco adiantaria nesse momento, e será mais oportuna somente nos próximos dias.

"Não havia o que falar. O que adiantava falar com o presidente Trump se ainda não sabíamos qual era a medida, ou quais os critérios para exclusão? Não havia possibilidade de encaminhamento", afirmou Amaral, para quem o país trabalhou "discretamente", mas com bons argumentos em prol do aço nacional.

O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA, que no ano passado compraram US\$ 2,6 bilhões (cerca de R\$ 8,5 bilhões) das siderúrgicas nacionais. Uma alíquota de importação de 25%, como quer o presidente Trump,

inviabilizaria as vendas para o país americano, que é o maior comprador mundial do produto.

Na semana que vem, o Departamento de Comércio dos EUA deve divulgar os critérios e procedimentos para os pedidos de exclusão da tarifa, a serem enviados pelas indústrias americanas que dependem do insumo importado. As siderúrgicas brasileiras, em articulação com o Itamaraty, têm feito lobby.

O Brasil também tem reforçado o posicionamento contra as tarifas no Congresso e no governo americano.

Nesta terça (13), o Itamaraty enviou carta ao Escritório da Representação Comercial dos EUA (USTR), que conduz as negociações bilaterais do governo americano, expondo novamente os argumentos em favor do aço brasileiro.

O principal deles é que o produto nacional é semiacabado e não concorre com o americano, mas serve de insumo para a indústria siderúrgica dos EUA. "São indústrias complementares", afirmou Amaral.

O embaixador afirma acreditar na possibilidade de reversão da medida por meio de uma solução negociada. "Em uma reunião no Congresso, nos disseram que nosso caso é mais forte que o do Canadá", disse.

Ele destacou também o bom relacionamento do país com os EUA na área da defesa e o superávit que os americanos tiveram na última década na balança comercial com o Brasil -uma obsessão do presidente Trump, que quer reduzir os déficits comerciais do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA TAÍS HIRATA DE SÃO PAULO

Título: Ação contra taxa de Trump divide siderúrgicas do país

Com produção nos EUA, Gerdau e ArcelorMittal não participam de negociações com governo americano

Decisão de empresas incomoda executivos e governo brasileiro que tentam tirar produto da tarifa de 25%

A defesa contra a barreira levantada pelo governo americano ao aço importado está dividindo as siderúrgicas brasileiras e multinacionais que atuam no Brasil.

Gerdau e ArcelorMittal, com parte importante da sua produção nos EUA, optaram por não participar da pressão empresarial em prol do aço fabricado no Brasil.

Isso desagradou a executivos do setor siderúrgico e integrantes do governo, que dizem acreditar que as empresas deveriam "jogar junto" contra a barreira como forma de ganhar força.

Empresários brasileiros organizaram duas missões aos EUA, uma em agosto do ano passado e outra em fevereiro, com o objetivo de sensibilizar funcionários do governo e parlamentares. As duas empresas preferiram não endossar o movimento.

Em nota, a Gerdau afirma que a barreira levantada por Trump é positiva para a empresa, a segunda maior fabricante de aços longos do mercado americano. Cerca de um terço de sua produção está nas unidades instaladas nos EUA.

"Estamos acompanhando com muita atenção o desenvolvimento desse tema. Nossa avaliação é que ele é positivo para a Gerdau e nossa operação está totalmente pronta para atender ao crescimento da demanda interna [dos EUA]."

Já a ArcelorMittal diz "compreender o desejo dos governos em apoiar as respectivas indústrias nacionais", mas afirma acredita que a maior necessidade do setor é enfrentar o excesso de capacidade global.

Acompanhando o esforço de negociação com os EUA, Gabriel Petrus, diretor-executivo da ICC (Câmara Internacional de Comércio), afirma que as siderúrgicas têm lógicas comerciais distintas, o que faz com que atuem cada uma à sua maneira.

"Os interesses das siderúrgicas são divergentes porque o nível de internacionalização de cada uma é muito diverso. Essas diferenças fazem com que as empresas tenham estratégias diferentes", diz.

Com isso, algumas empresas já estudam traçar caminhos próprios de defesa nos EUA, como é o caso da CSN. A siderúrgica exporta aço laminado a quente para o mercado americano, o que é considerado um produto acabado pelos seus concorrentes.

A defesa brasileira tem usado como argumentação a venda prioritariamente de produtos semiacabados aos EUA. Ou seja, placas de aço que serão reprocessadas em solo americano, o que preservaria as empresas e os empregos locais que a política de Trump visa poupar. Isso, porém, deixa de fora a produção da CSN.

Marco Polo de Mello, presidente do Instituto Aço Brasil, afirma que o pleito brasileiro contempla o aço acabado. "Estamos pedindo a exclusão de toda a produção do Brasil da sobretaxa. Até porque a venda de aço acabado é pequena, não os afeta." Petrus afirma que estratégias individuais de tentar retirar determinados produtos da lista de taxaçaõ são pouco eficazes. "O melhor é que isso seja tratado no âmbito das organizações e nas negociações de governo", afirma o diretor-executivo do ICC.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: TAÍS HIRATA DE SÃO PAULO

Título: Eletrobras privatizada e megaleilão de petróleo dariam R\$ 40 bi à União

Projeção da IFI é que os recursos antecipariam o fim do déficit fiscal do governo em dois anos

Receitas atípicas, que ajudaram as contas públicas em 2017, podem chegar neste ano a R\$ 130 bilhões

A privatização da Eletrobras e a realização do megaleilão do excedente da cessão onerosa da Petrobras têm potencial de trazer R\$ 40 bilhões aos cofres federais, segundo cálculos da IFI (Instituição Fiscal Independente), ligada ao Senado Federal.

Os recursos teriam um papel importante para reverter o rombo fiscal. A projeção é que, com essas receitas extraordinárias, o déficit do governo consolidado (União, estados, municípios e estatais) seria revertido em 2020.

A receita, porém, não está prevista no cenário-base, considerado mais realista pelo órgão. Nessa projeção, o déficit fiscal se encerra apenas em 2022 —e, num cenário pessimista, em 2025.

Ainda assim, o governo corre para viabilizar ainda neste ano essas duas medidas que trariam um importante alívio às contas —pela alta complexidade dos projetos, não há projeções de receita separadas para cada um deles, explica o diretor do órgão Gabriel de Barros.

A privatização da Eletrobras é ameaçada pela forte resistência de parlamentares, que precisam aprovar a modelagem de desestatização da empresa de energia.

Já o leilão do excedente da cessão onerosa —que deverá vender o excedente de produção dos blocos de pré-sal da Bacia de Santos (SP), que o governo concedeu à Petrobras em 2010— é alvo de intensa negociação entre o governo e a estatal de petróleo, que discutem desde o volume a ser leilado até os termos do certame.

Os recursos não são as únicas receitas extraordinárias que poderão ajudar os cofres públicos neste ano. A IFI prevê ao menos R\$ 70 bilhões vindos de programas de refinanciamento, de concessões e da alta do PIS/Cofins sobre combustíveis, diz Barros.

Em 2017, essas receitas atípicas somaram R\$ 90,5 bilhões, o que auxiliou o governo federal a reduzir o déficit fiscal do ano e cumprir com folga do teto de gastos.

CALENDÁRIO APERTADO

Se em 2018 a situação fiscal do governo está relativamente confortável, o quadro deverá se agravar em 2019, ano em que o teto de gastos e a regra de ouro têm risco seríssimo de serem descumpridos, segundo a IFI.

Um dos principais problemas será a dificuldade de passar importantes reformas no Congresso no primeiro ano de um novo governo federal.

"Será preciso fazer a reforma da Previdência, encaminhar a discussão [para fazer mudanças] da regra de ouro e definir uma nova política [de reajuste] do salário mínimo, já que a atual vence em 2019. Então será um ano complicado", afirmou Barros, em debate na FGV (Fundação Getúlio Vargas), em São Paulo, nesta quinta-feira (15).

A margem fiscal, de gastos que podem ser comprimidos, deverá ser de cerca de R\$ 19 bilhões no próximo ano.

Além de ser um valor considerado baixo, ela inclui programas politicamente difíceis de serem cortados, destacou Bráulio Borges, economista-chefe da área de macroeconomia da LCA Consultores. "Tem muita coisa que é política pública, bolsa do CNPq, Farmácia Popular. Mesmo esses R\$ 19 bilhões não são tão fáceis de secar do dia para a noite."

Outro debate importante que deverá ocorrer no próximo ano é a revisão da regra de ouro —um mecanismo que não tem servido ao seu propósito original de controlar os gastos públicos, segundo Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia de São Paulo, da FGV.

"Estamos em meio a uma miríade de regras fiscais. São onze delas em vigência que se contradizem. O desafio será harmonizá-las. Estamos na iminência de descumprir a regra, em 2019 isso será certo", afirmou o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: Eletropaulo cancela projeto de bateria em SP

A distribuidora de energia elétrica Eletropaulo, responsável pelo fornecimento na região metropolitana de São Paulo, decidiu cancelar um projeto que previa a implementação de um sistema de armazenamento de eletricidade por meio de baterias em um bairro da capital paulista.

A desistência vem pouco depois de a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovar um pedido da empresa de autorização para um contrato de R\$ 29,7 milhões com a americana AES, que forneceria a solução.

"Por causa das alterações no cenário de planejamento, o projeto em questão deixou de ser uma alternativa viável", afirmou a Eletropaulo, em nota.

A empresa havia dito à agência reguladora que a construção do sistema de armazenamento na Vila Curuçá, na zona leste de São Paulo, permitiria adiar em quatro anos a necessidade de uma nova subestação na região, de 2023 para 2027.

Mas essa premissa se alterou por causa do crescimento do consumo de energia na região que receberia o sistema, segundo um documento mais recente da Eletropaulo à Aneel.

A elétrica disse em nota que segue analisando possíveis alternativas de uso de sistemas de baterias, "desde que exista viabilidade técnica e econômica".

Soluções para o setor elétrico com baterias têm crescido pelo mundo, o que colocou a tecnologia no radar até mesmo de empresas como a Tesla, de carros elétricos, que chegou a participar de uma licitação da Eletropaulo para o projeto cancelado em São Paulo.

No Brasil, no entanto, esses sistemas de baterias têm sido alvo por enquanto principalmente de projetos de pesquisa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Negócios****Autor:****Título: Petrobras tem prejuízo de R\$ 446 milhões em 2017**

Acordo de R\$ 11 bilhões com acionistas americanos derruba resultado

Empresa registra balanço negativo pelo 40 ano consecutivo, mas em nível menor que em períodos anteriores

Com forte impacto do acordo para encerrar uma ação coletiva movida por investidores nos Estados Unidos, a Petrobras registrou em 2017 prejuízo de R\$ 446 milhões.

É o quarto ano de prejuízo consecutivo da companhia, porém em nível menor do que nos anos anteriores.

As perdas em 2016 haviam sido de R\$ 14,8 bilhões.

O prejuízo anunciado nesta quinta-feira (15) ocorreu em meio a novas perdas de participação de mercado de combustíveis no Brasil e também com reavaliações bilionárias de ativos ("impairment"), como as baixas no setor de fertilizantes (R\$ 1,3 bilhão) e uma relacionada à segunda unidade de refino na Refinaria do Nordeste (R\$ 1,5 bilhão).

Os executivos da companhia, no entanto, ressaltaram a tendência de que o balanço da empresa fique mais previsível no futuro.

Em nota, a empresa aponta que teria alcançado um lucro líquido de R\$ 7 bilhões sem as despesas extraordinárias —especialmente o acordo de R\$ 11 bilhões para encerramento da ação coletiva de investidores nos EUA e a adesão a programas de regularização de débitos federais, que somaram R\$ 10,4 bilhões—, que tiveram impacto significativo no resultado.

O acordo com acionistas dos EUA foi fechado para encerrar disputa em razão de perdas provocadas pelo esquema de corrupção descoberto pela Lava Jato.

Tais despesas afetaram fortemente o resultado do quarto trimestre, que fechou com um prejuízo líquido de R\$ 5,4 bilhões, ante lucro de R\$ 2,5 bilhões no mesmo período do ano anterior.

"A "class action" tem efeito no resultado, mas foi importante para eliminar uma incerteza que isso poderia ter nos nossos resultados. Temos trabalhado muito intensamente para solucionar passivos contingentes", afirmou o presidente da Petrobras, Pedro Parente.

Segundo ele, a companhia brasileira está muito mais organizada em termos de governança, integridade e gestão, "eliminando fraquezas materiais e deficiências significativas de controle".

O lucro da Petrobras antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado do ano em 2017, por sua vez, foi de R\$ 76,5 bilhões, ante R\$ 88,6 bilhões no ano anterior.

Em 2017, a empresa reduziu a dívida líquida para US\$ 84,8 bilhões, menor valor desde 2012.

A Petrobras também anunciou que perdeu participação no mercado brasileiro de gasolina e diesel no ano passado, mesmo após adotar uma nova política de preços para aumentar a competitividade no setor.

Na gasolina, a fatia da Petrobras caiu para 83% em 2017, contra 90% em 2016 e 96% em 2015.

No diesel, a participação foi de 74% em 2017, contra 83% em 2016 e 97% em 2015.

Em fevereiro deste ano, a fatia da companhia no mercado de gasolina estava em 77%. No diesel, a participação era de 79%.

DIVIDENDOS

A empresa ainda informou que seu Conselho de Administração determinou a realização de estudos para alterações no Estatuto Social da companhia, visando estabelecer o pagamento trimestral de dividendos e juros sobre capital próprio de acionistas.

O resultado do estudo, caso seja aprovado pelo conselho, será encaminhado para deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Se o plano for aprovado, é possível que haja distribuição de lucros relativos ao resultado do primeiro trimestre deste ano.

"Quando você olha a valorização das ações da empresa entre junho de 2016 e agora, vê uma empresa que saiu de R\$ 108 bilhões de valor de mercado para uma que bate R\$ 300 bilhões. Não é possível que os acionistas estejam insatisfeitos. Mas reconhecemos que a falta de dividendos no período é importante", disse Parente.

Para a estatal, a iniciativa "reafirma o compromisso da Petrobras com a contínua melhoria de sua governança corporativa e com a criação de valor para

os seus acionistas, sem perder o foco no objetivo de redução de endividamento e na sustentabilidade financeira da companhia".

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Obras malfeitas ainda assombram a Petrobras

Apesar de ter reduzido o prejuízo contábil de R\$ 14,8 bilhões, em 2016, para R\$ 446 milhões no ano passado, conforme balanço divulgado ontem, a Petrobras ainda precisará computar perdas nos próximos anos, como os resultados de investimentos malsucedidos em refinarias superfaturadas. Um exemplo é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí (RJ), um dos maiores projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujas obras completarão 10 anos no próximo dia 31 e até agora não foram concluídas.

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) ainda tentam dimensionar o valor real dos prejuízos aos cofres públicos provocados pela obra, iniciada no governo Lula. Conforme o primeiro balanço do PAC, de 2017, o custo estimado era de R\$ 8,2 bilhões, mas já foi gasto mais do triplo desse valor — e será necessário ainda mais para a conclusão do projeto, de acordo com o relator do processo no TCU, ministro Vital do Rêgo Filho.

“Já foram gastos R\$ 26 bilhões no complexo, o que chamamos de custo fundado, e, agora, é preciso saber se a obra será viável dentro de 25 anos para que a estatal desembolse mais R\$ 12 bilhões para entrar em operação”, destacou o ministro. Ele reconheceu que existem dúvidas se o empreendimento um dia conseguirá ser economicamente compensador.

Falhas graves

As operações do Comperj, agora denominado Rota 3 pela Petrobras, deveriam ter começado em março de 2012. Se o valor adicional for autorizado, os gastos chegarão a R\$ 38 bilhões — montante 21 vezes superior ao prejuízo estimado pelo TCU na compra da polêmica refinaria de Pasadena, no Texas (Estados Unidos), de R\$ 1,8 bilhão.

O relatório do TCU afirmou que houve falhas graves na gestão da obra do Comperj, que classificou como “temerária”. A Petrobras se comprometeu a fazer um novo levantamento sobre a viabilidade do projeto, que está sendo aguardado por Vital do Rêgo para dar continuidade ao processo e, assim, citar os responsáveis para que apresentem justificativas.

A falta de definição das parcerias e de avaliação prévia dos riscos envolvidos na estratégia foram alguns dos problemas apontados no relatório. As obras do complexo foram iniciadas em 31 de março de 2008, e, segundo o ministro, até a terraplanagem foi mal planejada, porque foi feita em toda a aérea do empreendimento, sem que a Petrobras tivesse um planejamento prévio.

“O projeto já começou errado e, como existem muitos contratos para serem avaliados, estamos refazendo os cálculos para chegarmos a um número sobre os prejuízos para dar continuidade ao processo de ressarcimento”, afirmou Rêgo Filho. Ele contou que há problemas parecidos em outras refinarias, como a Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. Ali, as operações do primeiro trem de refino começaram em 2014 e a Petrobras está em busca de parceria para construir o segundo.

Sobrepçoço

De acordo com o ministro do TCU Augusto Nardes, houve um sobrepçoço de R\$ 2,4 bilhões na Rnest. Em um evento na sede do Correio, ele informou que houve ainda prejuízos com as obras das refinarias do Ceará e do Maranhão, que foram abandonadas pela estatal, após o desembolso de R\$ 3,8 bilhões apenas com terraplanagem.

A Petrobras informou que não divulga o valor dos investimentos por ativos. A companhia está em busca de parcerias para concluir as obras do primeiro trem de refino do Comperj e cancelou os projetos do trem 2 e da unidade de lubrificantes. A prioridade da empresa é a conclusão das obras da Unidade de Processamento de Gás Natural, prevista para o primeiro trimestre de 2020.

O especialista em contas públicas José Matias-Pereira, professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB), lembrou que as perdas com as refinarias ainda não são totalmente conhecidas, porque não aparecem ainda nos balanços da Petrobras, mas devem ser colocadas de forma a minimizar os impactos. “O estado financeiro e a situação da Petrobras ainda é uma coisa muito preocupante. Essas obras ficaram no centro do escândalo da Lava-Jato e muitos esqueletos ainda devem sair do armário”, afirmou.

De acordo com o ministro Vital do Rêgo, a ex-presidente Dilma Rousseff, que presidiu o Conselho de Administração da Petrobras, poderá ser responsabilizada pelas perdas, assim como ocorreu no caso da refinaria de Pasadena. Ele também é relator do processo sobre as irregularidades na compra da refinaria texana. Segundo o ministro, Dilma já foi citada e sua defesa entrou com embargo declaratório, que foi negado. “O Tribunal vai analisar o grau de responsabilidade dos membros do conselho na época dos contratos de todas as

refinarias. Dilma era presidente na maioria dos processos, mas vamos ver a composição em cada época”, revelou. A assessoria da ex-presidente informou que não fará comentários antes de a denúncia ser efetuada.

Volta de dividendos no radar

Depois de quatro anos de resultados negativos e sem pagar dividendos aos acionistas, a Petrobras parece estar, finalmente, saindo do buraco. Ontem, a estatal anunciou um prejuízo de R\$ 446 milhões em 2017, um balanço ainda no vermelho, mas muito distante das perdas de R\$ 14,8 bilhões registradas em 2016. No quarto trimestre do ano passado, no entanto, o rombo foi grande: prejuízo de R\$ 5,84 bilhões ante lucro de R\$ 2,51 bilhões em igual período anterior. O acordo bilionário com acionistas norte-americanos que processavam a companhia e a quitação de tributos federais impactaram no resultado.

A diretoria explicou que a Petrobras teria alcançado lucro líquido superior a R\$ 7 bilhões se não fosse o encerramento da ação coletiva de investidores nos Estados Unidos (class action), que custou R\$ 11,2 bilhões ao caixa da empresa. A adesão a programas de regularização de débitos subtraiu mais R\$ 10,4 bilhões. “Apesar de contabilmente com perdas, o resultado é positivo, sob o ponto de vista da eliminação de incertezas e de riscos em relação ao futuro da companhia”, disse o presidente da estatal, Pedro Parente.

A expectativa para 2018 é boa a ponto de Parente anunciar a possibilidade de voltar a remunerar os acionistas. “Diante da perspectiva de maior previsibilidade, a empresa está propondo pagamentos trimestrais de dividendos”, afirmou. Os estudos da nova política serão avaliados pelo conselho e, posteriormente, votados em assembleia. “Se for aprovada, poderemos pagar no primeiro trimestre”, estimou. Ele esclareceu, contudo, que a proposta não prevê compensação anual. “Se tiver lucro em um período, se paga. Se não tiver no outro, não se paga. A lógica será trimestral”, explicou.

Parente ressaltou o bom desempenho operacional da companhia, cujo resultado foi mais que o dobro de 2016, totalizando R\$ 35,6 bilhões. A redução de R\$ 16,4 bilhões em relação a 2016 nas reavaliações dos ativos (impairment) foi o fator que mais contribuiu para a melhoria, além da queda de 10% nos custos operacionais e a alta de 24% no preço do petróleo, com maior ganho nas exportações.

Em 2017, a empresa reduziu a dívida líquida para US\$ 84,871 bilhões, menor valor desde 2012. Além disso, a despesa anual com juros caiu de R\$ 25,6 bilhões para R\$ 22,3 bilhões. Na área da produção, a Petrobras bateu recorde pelo quarto ano consecutivo. “Atingimos a meta que estabelecemos, o que, de novo,

mostra uma empresa previsível, que dá condições melhores aos seus investidores”, avaliou Parente. “Estamos satisfeitos com as entregas que estamos fazendo”, concluiu.

Reajustes mantidos

A política de preços dos combustíveis continuará a mesma, garantiram ontem os diretores da Petrobras, o que mantém a possibilidade de reajustes diários, para mais ou para menos. “Está funcionando bem e trazendo os resultados que esperávamos”, justificou o presidente da estatal, Pedro Parente. Sobre as negociações da cessão onerosa — disputa entre União e Petrobras sobre quem tem direito a um excedente de petróleo equivalente a seis bilhões de barris do pré-sal — a diretora de Exploração e Produção da companhia, Solange Guedes, explicou que as reuniões com o governo estão evoluindo. “O período de 60 dias, que terminaria em março, foi prorrogado por mais 60 dias, portanto até maio”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Bolsa reage mal e cai

Apesar do quadro de recuperação, o mercado não reagiu bem aos números da Petrobras. Como a companhia, desta vez, anunciou o balanço antes da abertura do pregão, as ações já abriram em queda e fecharam o dia com desvalorização de 4,78%, as preferenciais, e de 2,08%, as ordinárias. Isso pressionou a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que fechou em queda de 1,3%, aos 84.928 pontos. O dólar teve alta de 0,95%, cotado a R\$ 3,292.

Para Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, o mercado olhou muito para o curto prazo e o resultado do quarto trimestre da Petrobras. “O comportamento foi reflexo do prejuízo em si, pela ótica dos números. Mas os analistas estão comentando que o cenário, para a frente, não é ruim”, disse.

Na opinião do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, o mercado se assustou com o aumento da alavancagem no último trimestre do ano passado. “A relação entre a dívida líquida e a geração de caixa (Ebitda) saiu de 3,16, em setembro de 2017, para 3,67 em dezembro do ano passado. Mas o mercado tem de entender que isso ocorreu em função de despesas não recorrentes, do pagamento da class action nos Estados Unidos e de tributos federais. A empresa tem um passivo de anos de má gestão que não é possível resolver da noite para o dia, mas já mostra resultados expressivos”,

opinou.

A Petrobras fechou o ano passado com fluxo de caixa livre de R\$ 44 bilhões. “É preciso lembrar que, em 2013, esse fluxo estava negativo em R\$ 42 bilhões, quando o preço médio do barril de petróleo tipo brent estava em US\$ 142”, destacou o presidente da empresa, Pedro Parente. “Na área de parcerias de investimentos, tivemos entrada de US\$ 6,4 bilhões em 2017 e teremos continuidade disso em 2018”, disse. Ele assegurou que a Liquigás permanece no programa de desinvestimentos. “Ainda estamos estudando como será feito, mas ela não vai ficar no portfólio da Petrobras”, assinalou. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Volta de dividendos no radar

Depois de quatro anos de resultados negativos e sem pagar dividendos aos acionistas, a Petrobras parece estar, finalmente, saindo do buraco. Ontem, a estatal anunciou um prejuízo de R\$ 446 milhões em 2017, um balanço ainda no vermelho, mas muito distante das perdas de R\$ 14,8 bilhões registradas em 2016. No quarto trimestre do ano passado, no entanto, o rombo foi grande: prejuízo de R\$ 5,84 bilhões ante lucro de R\$ 2,51 bilhões em igual período anterior. O acordo bilionário com acionistas norte-americanos que processavam a companhia e a quitação de tributos federais impactaram no resultado.

A diretoria explicou que a Petrobras teria alcançado lucro líquido superior a R\$ 7 bilhões se não fosse o encerramento da ação coletiva de investidores nos Estados Unidos (class action), que custou R\$ 11,2 bilhões ao caixa da empresa. A adesão a programas de regularização de débitos subtraiu mais R\$ 10,4 bilhões. “Apesar de contabilmente com perdas, o resultado é positivo, sob o ponto de vista da eliminação de incertezas e de riscos em relação ao futuro da companhia”, disse o presidente da estatal, Pedro Parente.

A expectativa para 2018 é boa a ponto de Parente anunciar a possibilidade de voltar a remunerar os acionistas. “Diante da perspectiva de maior previsibilidade, a empresa está propondo pagamentos trimestrais de dividendos”, afirmou. Os estudos da nova política serão avaliados pelo conselho e, posteriormente, votados em assembleia. “Se for aprovada, poderemos pagar no primeiro trimestre”, estimou. Ele esclareceu, contudo, que a proposta não prevê compensação anual. “Se tiver lucro em um período, se paga. Se não tiver no outro, não se paga. A lógica será trimestral”, explicou.

Parente ressaltou o bom desempenho operacional da companhia, cujo resultado foi mais que o dobro de 2016, totalizando R\$ 35,6 bilhões. A redução de R\$ 16,4 bilhões em relação a 2016 nas reavaliações dos ativos (impairment) foi o fator que mais contribuiu para a melhoria, além da queda de 10% nos custos operacionais e a alta de 24% no preço do petróleo, com maior ganho nas exportações.

Em 2017, a empresa reduziu a dívida líquida para US\$ 84,871 bilhões, menor valor desde 2012. Além disso, a despesa anual com juros caiu de R\$ 25,6 bilhões para R\$ 22,3 bilhões. Na área da produção, a Petrobras bateu recorde pelo quarto ano consecutivo. “Atingimos a meta que estabelecemos, o que, de novo, mostra uma empresa previsível, que dá condições melhores aos seus investidores”, avaliou Parente. “Estamos satisfeitos com as entregas que estamos fazendo”, concluiu.

- **Reajustes mantidos**

A política de preços dos combustíveis continuará a mesma, garantiram ontem os diretores da Petrobras, o que mantém a possibilidade de reajustes diários, para mais ou para menos. “Está funcionando bem e trazendo os resultados que esperávamos”, justificou o presidente da estatal, Pedro Parente. Sobre as negociações da cessão onerosa — disputa entre União e Petrobras sobre quem tem direito a um excedente de petróleo equivalente a seis bilhões de barris do pré-sal — a diretora de Exploração e Produção da companhia, Solange Guedes, explicou que as reuniões com o governo estão evoluindo. “O período de 60 dias, que terminaria em março, foi prorrogado por mais 60 dias, portanto até maio”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Pedro Henrique Achcar Verano

Título: O papel da sustentabilidade

Água é vida. É a principal commodity e condição essencial para a existência da humanidade. Assim tem sido por milhões de anos. Cobrindo cerca de 2/3 da Terra, esse recurso natural sempre foi abundante e, até a virada do século, recebia pouca ou nenhuma atenção por parte dos gestores. Hoje a água é o combustível que alimenta conflitos. Mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso à quantidade necessária de água para consumo. É motivo de preocupação mundial e de rigorosas políticas setoriais.

O 8º Fórum Mundial da Água que será aberto, domingo, em Brasília, soma

esforços para combater um iminente racionamento global. Algo impossível de se imaginar tempos atrás. Na condição de representantes da indústria gráfica aplaudimos a iniciativa e destacamos que nossa atividade é marcada pela sustentabilidade e baixo impacto ambiental.

A comunicação impressa sempre teve e sempre terá sua importância, por mais que a soberba, a miopia e o desconhecimento tentem desvirtuar sua essencialidade, como até há pouco tempo trataram a água. Dessa forma, repudiamos veementemente a postura adotada pela organização do Fórum no tratamento dado à comunicação impressa. Essa atitude, além de irresponsável, denota total desconhecimento da cadeia produtiva de um dos setores mais importantes da economia brasileira.

O nosso setor representa mais de 20 mil empresas e o equivalente a R\$ 47 bilhões em riquezas para a nossa economia. Uma força de trabalho que movimenta o país e que é a principal fonte de renda para parte significativa da população. Ao relevar o uso do papel, com informações erradas de seu processo produtivo, a organização do Fórum impõe à opinião pública uma imagem deturpada e atrasada sobre essa importante atividade econômica.

Livros levam educação e cultura para as pessoas, transmitem por gerações o conhecimento e suas histórias. Os jornais e revistas levam a informação detalhada no maior sentido do conhecimento. A mídia impressa tem credibilidade e traz o maior retorno para as marcas. O impresso é crível e físico. Está ali para todos verem e sentirem. Não pode simplesmente ser deletado numa atitude irresponsável. Com o advento da internet, a indústria gráfica se renovou, incluindo todas as etapas e tecnologias do processo produtivo. Com inovação e criatividade, revitalizamos a comunicação impressa em integração com a mídia digital.

Ressaltamos que 100% do papel fabricado no Brasil tem sua origem em lavouras de eucalipto, grande parte em áreas degradadas, que contribuem com o meio ambiente por meio da absorção de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera em volume superior ao gerado na produção da celulose, haja visto que também propiciam a geração de emprego e renda a milhares de trabalhadores. O Brasil é hoje o maior fabricante de celulose de fibra curta do mundo, abastecendo uma grande cadeia mundial, com investimentos da ordem de US\$ 110 bilhões e com uma produção de 7 milhões de toneladas em 2017. Ou seja, quanto mais árvores são plantadas para a fabricação de celulose, melhor é para o meio ambiente e para a economia do país. Além de ser proveniente de fonte renovável, o papel é biodegradável e tem uma das maiores taxas de reciclagem em todo o mundo. No Brasil, esse índice chegou a 63% em 2016.

Importante observar que na fabricação de celulose, papel e papelão, a água

utilizada na sua produção é tratada em um processo contínuo de reúso, sem a necessidade de nova captação no meio ambiente. A água utilizada pelas fábricas retorna tratada e mais limpa do que na sua captação. Assim, a mensagem correta com relação ao uso consciente de papel não é promover sua redução de consumo, mas, sim, incentivar seu descarte correto para aumentar ainda mais a taxa de reciclagem.

Colocar o papel como vilão é desviar a atenção e direcionamento que precisamos dar ao lixo eletrônico. Ele cresce cada vez mais ao redor do mundo e gera preocupação com seu impacto sobre a saúde e o meio ambiente. Promover o uso da mídia eletrônica como a única opção ambientalmente sustentável é algo infundado. A comunicação eletrônica tem uma crescente e relevante pegada de carbono, devido à energia exigida por uma vasta rede global de servidores, necessários para armazenar informação para acesso imediato.

Precisamos atentar para o fato de que a fabricação de um computador requer 240kg de combustíveis fósseis, 22kg de produtos químicos, 1,5 tonelada de água e inúmeros minerais preciosos, inclusive os que são perigosos para o meio ambiente. Um computador de mesa consome por ano entre 120kWh e 250 kWh e um telefone celular, de 2kWh a 7kWh.

O Brasil é um país conectado e também o sétimo maior consumidor de energia do mundo com 2/3 de sua matriz energética sustentada nos rios. Precisamos, portanto, buscar soluções concretas e corretas. Não paliativas, que visem apenas remediar uma situação emergencial ou que sirvam apenas para estampar manchetes dos sites sensacionalistas. Não podemos cair na ladainha do cobertor curto. O planeta merece mais do que isso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor: Luis Motta Domínguez, ministro da Energia Elétrica da Venezuela

Título: Eletricidade racionada

"Dos 1.100 megawatts que devemos gerar, estamos gerando apenas 150 MW.

Esse é o motivo dessas interrupções"

Quatro estados da Venezuela entraram ontem no racionamento de eletricidade, em um esforço do governo para evitar apagões generalizados em decorrência da queda acentuada no nível de água das hidrelétricas. A medida atinge Táchira, Mérida, Trujillo e Barinas, no oeste do país, onde o fornecimento de energia será cortado durante quatro horas por dia. Nos últimos dias, foram constantes as interrupções no fornecimento nessas regiões, o que gerou protestos. O

ministro da Energia Elétrica, Luis Motta Domínguez, visitou os principais reservatórios de Táchira e Mérida e reconheceu que a capacidade de geração diminuiu.

“Dos 1.100 megawatts que devemos gerar, estamos gerando apenas 150 MW. Esse é o motivo pelo qual essas interrupções do serviço estão acontecendo”, informou. Durante a inspeção, o ministro da Economia e da Água, Ramón Velásquez, garantiu que as chuvas na área foram “abaixo da média” desde outubro passado. Uma seca prolongada, em 2016, forçou o racionamento em quase todo o país.

Os apagões são frequentes na Venezuela. O governo garante que eles acontecem devido à sabotagem da oposição ao sistema elétrico, mas os opositores apontam como causas a falta de manutenção e a corrupção.

O presidente Nicolás Maduro ordenou que as Forças Armadas ativassem um plano especial contra uma “guerra ao sistema elétrico” em 24 de fevereiro, dois dias após um apagão em grandes áreas da parte ocidental do país. Em 6 de fevereiro, setores da capital, Caracas, e de mais dois estados ficaram sem eletricidade por três horas. O mesmo tinha acontecido, semanas antes, na capital e mais cinco cidades.

A imposição do racionamento coincide com a flexibilização do controle de câmbio, em resposta à disparada do dólar no mercado paralelo, com impacto catastrófico no processo inflacionário. Até 1º de fevereiro, o Estado alimentava o mercado, que monopoliza as moedas, mas voltou a funcionar um sistema de leilões de câmbio — fechado havia cinco meses —, agora com recursos do setor privado. Desde então, o bolívar perdeu 90% do valor na venda de 4,4 milhões de euros, a moeda de referência adotada para sanções financeiras pelos Estados Unidos, que impedem o acesso da Venezuela ao financiamento externo.

Com as importações em colapso e a escassez crônica de bens, o governo criou o petro, criptomoeda concebida para reduzir a dependência do dólar e evitar as sanções econômicas dos Estados Unidos, embora os especialistas questionem o sucesso da iniciativa, devido à desconfiança dos mercados na política econômica.

Apesar da grave desvalorização, não foi possível dar fim à enorme diferença entre a cotação oficial do dólar e o mercado paralelo, onde a moeda americana é negociada por 216 mil bolívares — seis vezes mais que o valor derivado de leilões. O novo sistema, porém, não garante as moedas de que a economia precisa, disse a economista Anabella Abadi. “Vamos ver uma recuperação”, disse o economista Jesús Casique, explicando que os bolívares são mais usados para pagar impostos do que para comprar moedas estrangeiras no mercado

paralelo.

Inflação

O custo de vida continua descontrolado na Venezuela. De acordo com o Legislativo, ele aumentou 80% em fevereiro, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta para 2018 uma taxa inflacionária anual de 13.000%. Os salários evaporam. Após um aumento recente de 64%, a renda mensal mínima é de US\$ 6,50 pela taxa do câmbio paralelo. O valor corresponde a pouco mais que o preço de 3kg de carne.

A desvalorização do bolívar afetará especialmente os custos de produtos e serviços subsidiados, como água, eletricidade e telefonia, ligados a tarifas oficiais. Isso acontecerá devido ao maior custo das importações e ao aumento das tarifas aduaneiras e outros impostos, explica a economista Anabella Abadi.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Renato Rostás | De Brasília e São Paulo

Título: Indústria de alumínio teme ser preterida na reação do Brasil à sobretaxa dos EUA

A indústria brasileira de alumínio subiu o nível de alerta em meio às discussões acerca da recém-anunciada sobretaxa americana de importação do produto e passou a cobrar mais atenção das autoridades. O receio é que o setor acabe preterido nas negociações e que o país acabe privilegiando a proteção às empresas de aço.

O presidente da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), Milton Rego, chegou a ter nesta semana uma reunião com a equipe econômica sobre o tema. "Fomos apresentar um panorama da indústria do alumínio para não ficar em segundo plano nas negociações", disse. Ele afirma que já esperava que aço e alumínio não tivessem a mesma importância nas discussões devido ao maior volume de exportações aos Estados Unidos do setor siderúrgico do que de alumínio. "Mas a preocupação é de que não tenhamos importância nenhuma", disse.

Segundo o presidente da Abal, a equipe econômica compreendeu a mensagem da entidade, mas os receios permanecem sobre qual será o comportamento do governo na reação aos Estados Unidos. Para o presidente da entidade, a alegada preferência por proteção ao aço não foi manifestada oficialmente, mas tem sido percebida pelas empresas de alumínio nas declarações das autoridades. "Basta ver a cobertura a respeito [das declarações] das principais figuras do governo, especialmente do Itamaraty, e o espaço que é ocupado pelo aço e pelo

alumínio. O alumínio é somente mencionado e a grande discussão é sempre do aço", disse.

O governo já anunciou que o Itamaraty está à frente do tema. Procurado ontem no começo da noite, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que não havia tempo hábil para responder.

O aço é mais relevante nas exportações brasileiras. O país vendeu ao exterior um valor dez vezes maior (R\$ 7,9 bilhões) de aço do que de alumínio (R\$ 812 milhões) em 2017. Para os Estados Unidos, foram exportados R\$ 120 milhões em alumínio, o que corresponde a 15% do total exportado pelo Brasil. Já o aço chegou a R\$ 2,6 bilhões, 33% do total do produto embarcado.

Mas o maior medo da indústria brasileira do alumínio é sofrer com a potencial concorrência de importados barrados nos EUA e direcionados ao Brasil. O mercado internacional de alumínio, tanto do metal primário quanto de produtos fabricados com a commodity, encontra-se em excesso de capacidade, principalmente pelos avanços da China na década passada.

"O cenário ideal seria que Trump propusesse ações para diminuir a oferta global, não para tornar o produto chinês menos competitivo artificialmente", diz o presidente da Abal. "É uma briga de elefantes, ou os outros fogem, ou são pisoteados. Minha preocupação é que o Brasil sofra com isso."

A Abal acabou de publicar um estudo - feito em parceria com as empresas, especialistas de mercado e governo - a respeito do que poderia ser feito para o setor do alumínio sobreviver no longo prazo. O consenso foi de que é vital para a indústria estar presente em todas as pontas da cadeia: da lavra da bauxita até a fabricação de produtos acabados.

Enquanto os principais produtos de exportação do país são primários (alumina, com 62%, alumínio, com 13,9%, e bauxita, com 7,4%), na importação os acabados são regra (chapas, com 15,9%, ligas, com 12,7%, e folhas, com 9,6%). Nos últimos anos, os principais grupos concentraram-se em alguma das pontas da cadeia para continuar sobrevivendo.

A energia é o principal insumo do elo que une o mineral da bauxita e os transformados. Em 2016, a eletricidade representava 70% do custo total de produção do alumínio primário. A gigante americana Alcoa, por exemplo, desligou a produção de primário no Brasil por conta disso. A Hydro, por outro lado, é muito mais competitiva no início da cadeia.

"O governo tem que ter políticas públicas a respeito disso e o maior gargalo é mesmo a energia", diz Rego. "Precisamos atrair agentes dispostos a investir no setor, trabalhar em conjunto com a pesquisa acadêmica para ver inovação na

indústria e simplificar os tributos. O Brasil precisa desse planejamento estratégico."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Juliano Basile | De Washington

Título: País busca apoio de congressistas contra imposição de tarifa

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sergio Amaral, está realizando reuniões com membros do Congresso americano para defender que não seja aplicada sobre o Brasil a determinação do presidente Donald Trump que criou uma taxa de 25% sobre a venda de aço ao país. Em encontros com parlamentares e com integrantes de departamentos do governo americano, Amaral está argumentando que a taxa deverá criar prejuízos para os EUA e por esse motivo deveria ser cancelada ao Brasil.

"Essa é a prioridade da embaixada nesse momento", disse ao **Valor**. A cobrança de 25% nas vendas de aço aos EUA deverá começar a valer daqui a sete dias. Por isso, há pressa na embaixada em fazer os encontros com parlamentares americanos e tentar uma solução.

Segundo Amaral, a eventual revisão da decisão de cobrar a tarifa de 25% não estaria a cargo do presidente americano. O assunto agora será tratado pelo Congresso, pelo Departamento de Representação Comercial (USTR) dos EUA e por outros órgãos do governo necessários para a negociação.

"Acho que o Congresso poderá fazer algo, pois o tema está em debate por lá", disse o embaixador, que lembra que a cobrança não é unanimidade nem mesmo entre os parlamentares do partido do governo, o Partido Republicano.

Uma das questões em debate no Congresso americano é o possível aumento de custos para as empresas dos EUA que compram aço do Brasil. "Se essas medidas forem tomadas, a exportação brasileira para os EUA vai ser taxada e quem vai pagar esse custo? Serão as empresas americanas que utilizam o aço brasileiro na composição de seus produtos finais. E os consumidores também", ressaltou Amaral.

A embaixada brasileira está marcando conversas com representantes políticos de Estados americanos que sediam empresas que compram aço brasileiro. O objetivo é deixar claro a eles que os 25% podem elevar os preços das compras nesses Estados e prejudicar regiões que eles representam no Congresso.

"Vamos conversar com um a um dos deputados, pois isso é importante para a presença brasileira. Para a defesa dos interesses brasileiros, temos aliados nos lugares em que há empresas brasileiras", disse Amaral.

Para a embaixada, a retirada do Brasil da cobrança de 25% sobre as vendas de aço tem "total justificativa". "Não somos competidores da indústria americana e, portanto, não se justifica a inclusão do Brasil nessa medida de elevação de tarifas", afirmou o embaixador brasileiro.

As empresas brasileiras que vendem aço para os EUA também estão sendo esperadas para se posicionar de maneira forte no país sobre a medida de Trump. Algumas já entraram em contato com o setor privado americano. Mas, como o Departamento de Comércio do país ainda não divulgou os critérios para elas apresentarem recursos, não foi definida a forma de contestarem a cobrança. "Estamos fazendo uma frente muito grande em relação ao Congresso americano, esse tema terá um debate grande por lá", disse Amaral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Soja e minério puxam alta do IGP-10 em março

Soja e minério de ferro mais caros no atacado levaram à aceleração da inflação apurada pelo Índice Geral de Preços -10 (IGP-10) entre fevereiro e março, de 0,23% para 0,45%, informou ontem a FGV. Com esse resultado, o índice acumula alta de 1,48% no ano e queda de 0,02% em 12 meses. Para André Braz, economista da fundação, as altas nos dois produtos devem permanecer ao longo do mês. Isto deve pressionar para cima as taxas dos Índices Gerais de Preços (IGPs) em março e deixá-los com resultados similares ao do IGP-10. A aceleração, no entanto, não deve se manter. Para ele, os problemas de oferta e de especulação, que elevaram os dois itens, são passageiros.

De fevereiro para março foi expressiva a contribuição de preços em alta da soja e do minério para a inflação atacadista. O Índice de Preços ao Produtor Amplo - 10 (IPA-10), 60% do IGP-10, saltou de 0,09% para 0,63%, pressionado por aumentos de soja em grão (5,05%) e de minério de ferro (2,36%). O peso do minério no atacado é de 5,36%; e o da soja, 5,18%, observou Braz. Ou seja: os dois juntos representam mais de 10% do total. Braz lembrou que o preço da soja opera em alta atualmente devido a problemas de oferta internacional, prejudicada por quebra de safra na Argentina. Ao mesmo tempo, o minério desde o começo do ano passa por recuperação de preços.

Ele ponderou que a oferta da soja será ajustada nos próximos meses, com a absorção pelos mercados da informação de quebra de safra na Argentina. No caso do minério, informações na margem da evolução de preços deste item já atestam começo de desaceleração. Esses dois fatores devem contribuir para a não sustentabilidade de aceleração da inflação apurada pelos IGPs.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Juliana Schincariol, Camila Maia e Renato Rostás | Do Rio e São Paulo

Título: Petrobras tem 4º prejuízo e indica que ajustes estão perto de acabar

A Petrobras teve em 2017 seu quarto prejuízo anual consecutivo, desta vez muito menor que nos anos anteriores, de R\$ 466 milhões. Mais uma vez, o resultado foi pressionado por efeitos não recorrentes, com destaque para o provisionamento de R\$ 11,2 bilhões para encerrar a ação coletiva movida nos Estados Unidos.

Depois de quatro anos, os efeitos extraordinários, que tiveram início com a Lava-Jato, podem estar chegando ao fim. O presidente da estatal, Pedro Parente, disse ontem, em entrevista coletiva, que a possibilidade de impactos não recorrentes nos resultados é menor no futuro, e que os passivos não resolvidos têm diminuído.

Tanto é a confiança da companhia de que vai passar a registrar lucro que seu conselho de administração decidiu propor a realização de estudos para mudar a política de distribuição de dividendos, passando a pagar os proventos trimestralmente. Parente disse que é "altíssima" a probabilidade de a companhia pagar dividendos já no primeiro trimestre deste ano.

Os resultados foram pressionados por efeitos extraordinários desde 2014. Fatores como baixas contábeis, adesão a programas de regularização de débitos fiscais e o provisionamento dos recursos para pagar o acordo da ação coletiva nos EUA reduziram o patrimônio líquido da Petrobras em R\$ 160 bilhões nesses quatro anos. A maior parte dessa perda decorreu da baixa no valor de ativos da estatal, que, após passarem pelo que os contadores chamam de redução ao valor recuperável ("impairment", em inglês), somou R\$ 120 bilhões desde 2014, quando o esquema de corrupção na empresa foi revelado pela Lava-Jato.

Para efeito de comparação, o valor de mercado da companhia hoje é de R\$ 292,4 bilhões, e seu patrimônio líquido vale R\$ 269,6 bilhões. Em 2013, o patrimônio líquido era de cerca de R\$ 350 bilhões. Além das baixas contábeis

feitas desde então, o patrimônio menor hoje reflete também as vendas de ativos e, na ponta positiva, a redução do endividamento.

Esse ajuste gigantesco no valor dos ativos está entre as maiores "limpezas" de balanço já feitas por uma empresa de capital aberto no mundo. No ano passado, o corte por impairment foi menor, de R\$ 3,9 bilhões. O maior foi feito em 2015, de R\$ 49,9 bilhões.

Os itens especiais do balanço também contam com efeitos positivos, como a entrada de R\$ 14,4 bilhões da venda de ativos, e R\$ 1,47 bilhão em ressarcimentos de valores no contexto da Lava-Jato.

Segundo Pedro Parente, enquanto a possibilidade de novos efeitos não recorrentes relevantes é menor, o tema da ação coletiva nos Estados Unidos também está resolvido, no ponto de vista da companhia. "Aquilo que depende de nós foi feito, agora tem um processo que corre na Justiça americana", disse, citando a aprovação do juiz e o pagamento da primeira parcela. "Do nosso ponto de vista, está sim resolvido", frisou.

O prejuízo de 2017 veio em linha com o projetado por analistas, que destacaram fatores positivos no resultado, como a melhora dos dados operacionais e a perspectiva de retomada da distribuição de dividendos. O mercado, porém, reagiu mal. As ações preferenciais, que são as mais penalizadas pelo não pagamento de dividendos, caíram 4,78%, a R\$ 21,31, e as ordinárias recuaram 2,08%, a R\$ 23,12.

No quarto trimestre do ano passado, a companhia teve prejuízo de R\$ 5,47 bilhões, ante o lucro de R\$ 2,51 bilhões apurado nos últimos três meses de 2016. O provisionamento do acordo da ação coletiva foi o principal fator que pressionou os resultados, com efeito também sobre o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), que caiu 47,6%, para R\$ 13 bilhões. A receita, por sua vez, subiu 8,5%, para R\$ 76,5 bilhões, na esteira da recuperação dos preços de petróleo.

O endividamento da companhia subiu, refletindo, principalmente, a queda no Ebitda. A dívida líquida somava R\$ 280,7 bilhões no fim de 2017, ligeira alta de 0,5% ante a dívida de R\$ 279,2 bilhões em setembro, refletindo a desvalorização do real no período. A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o Ebitda chegou a 3,67 vezes, ante 3,16 vezes no fim de setembro e 3,54 vezes em dezembro de 2016.

Em relatório, os analistas do Goldman Sachs Bruno Pascon, Victor Hugo Menezes e Gabriel Francisco classificaram o balanço da estatal como neutro. No lado negativo, ponderaram a geração de fluxo de caixa livre e a "limitada

capacidade da Petrobras de entregar um processo de desalavancagem mais acentuado, em um ambiente de preço do Brent entre US\$ 50 e US\$ 55 por barril."

Os dados operacionais também foram bem recebidos. Para Filipe Gouveia, analista do Bradesco BBI, destacou a melhora nas margens de exploração e produção e em refino, e os maiores preços realizados no período.

Na entrevista coletiva, os executivos da companhia destacaram também a recuperação na participação de mercado no fornecimento de diesel para as distribuidoras. De acordo com dados apresentados ontem pela companhia, o "market share" da empresa no suprimento do combustível, que havia caído de 83%, em 2016, para 74%, no ano passado, chegou a 79% em fevereiro deste ano. Segundo a estatal, a importação de diesel por terceiros recuou de 1,56 bilhão de litros, em novembro, para 680 milhões de litros, em fevereiro.

Com relação à gasolina, porém, a participação de mercado continua em queda, passando de 90%, em 2016, para 83%, em 2017, e 77%, em fevereiro. O volume de importação do combustível por terceiros cresceu de 300 milhões de litros em novembro do ano passado, para 360 milhões de litros em fevereiro.

(Colaboraram Alessandra Saraiva, Rafael Rosas, Ivan Ryngelblum e Marcelle Gutierrez)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Após vetos do Cade, Ultra vai mirar negócios no exterior

Após ver duas tentativas de aquisição frustradas pelo órgão antitruste no Brasil nos últimos sete meses, o grupo Ultra reconhece que não será mais possível crescer, por aquisições, no mercado doméstico de distribuição de combustíveis e gás liquefeito de petróleo (GLP). Engordar esses negócios por meio de compras, portanto, só no mercado internacional.

Mas não há, neste momento, pressão por um novo passo grandioso, que possa acelerar o crescimento no curto prazo, como foram as ofertas de R\$ 2,17 bilhões pela rede Alesat e de R\$ 2,8 bilhões pela Liquigás, disse ao **Valor** o presidente da Ultrapar, Frederico Curado, na primeira entrevista concedida após o veto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) à compra da distribuidora de GLP da Petrobras.

O executivo destacou que o grupo seguirá avaliando oportunidades de compra que surgirem fora do país. No Brasil, em outros negócios, como varejo

farmacêutico, especialidades químicas e de logística de granéis líquidos. "Se, numa visão integrada de negócio, acharmos que há oportunidade de crescimento inorgânico, poderia ser fora do Brasil também", afirmou.

A companhia tem R\$ 6,4 bilhões em caixa e plano de investimentos de R\$ 2,7 bilhões neste ano.

O Ultra já andou olhando ativos fora do país, apurou o **Valor**. A companhia analisou os negócios da Shell colocados à venda na Argentina, que incluem distribuição de combustíveis e refino. Preço e o fato de a operação de refino integrar o pacote levaram o grupo a não entrar na disputa. A concorrente Raízen Combustíveis deve ser a compradora dos ativos.

Do ponto de vista concorrencial, a notícia positiva depois dos vetos do Cade é que os concorrentes mais próximos de Ipiranga e Ultragaz, as duas empresas do Ultra nessas áreas, também não conseguirão fechar grandes compras no país. A mensagem do órgão foi claramente entendida pelos maiores players do mercado.

Aquisições ajudaram a forjar o tamanho do grupo, que teve receita líquida de R\$ 80 bilhões em 2017, especialmente nos últimos dez anos. Tanto a Ipiranga quanto a Extrafarma foram compradas e marcaram a entrada do Ultra em novos negócios. Texaco, Distribuidora Nacional de Petróleo (DNP), União Terminais e terminal Temmar são alguns dos ativos incorporados ao grupo nesse período.

Antes disso, o grupo já tinha comprado a Canamex, produtora de especialidades químicas, com unidades no México, hoje parte da Oxiten. Outras operações no Uruguai e Venezuela foram compradas pelo braço químico do grupo posteriormente. A Ultragaz, por sua vez, levou em 2011 a filial de distribuição de GLP da Repsol no país. E chegou a olhar operações da Shell Gás na Europa.

O tamanho do caixa da holding, de R\$ 6,4 bilhões no fim do ano passado, levantou questionamentos sobre o uso desse dinheiro. Mas o grupo avalia que essa posição não é exagerada e, sim, confortável ante os compromissos financeiros e plano de investimentos em curso. "Julgamos que nosso atual nível de caixa é confortável", afirmou Curado. À medida que o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) avançar, essa posição poderá ser gradualmente reduzida.

No fim de 2016, a holding tinha R\$ 5,7 bilhões entre caixa e aplicações financeiras, abaixo do valor atual. Historicamente, o grupo aborda a alavancagem financeira com um olhar conservador. Em dezembro, a dívida líquida correspondia a apenas 1,78 vez o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), que foi de R\$ 4,06 bilhões em 2017.

Os investimentos previstos para este ano, que correspondem praticamente ao que seria gasto na compra da Liquigás, são os maiores já executados pelo grupo. Há projetos em todas as cinco áreas, que passam por aceleração da abertura de postos da Ipiranga e lojas da Extrafarma e inauguração da nova fábrica da Oxitenno em Pasadena, nos Estados Unidos. "O desafio da execução do investimento já é grande", observou Curado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Dívida da Usiminas

A Usiminas informou que pagou R\$ 378,8 milhões aos seus credores, o correspondente à totalidade do excedente de caixa, calculado com base nas demonstrações financeiras da companhia do ano de 2017. O pagamento nessa condição estava previsto nas cláusulas do acordo com bancos brasileiros, japoneses e debenturistas para reestruturação da dívida da Usiminas. Segundo a companhia, com esse pagamento e os realizados em janeiro e dezembro, a dívida bruta cai de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 5,7 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: União vai cobrar R\$ 1 bi para alongar concessão da Cesp

A outorga que a União vai cobrar pela renovação da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera, principal ativo da Cesp, será de R\$ 1 bilhão, apurou o **Valor** com uma fonte do **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

O montante equivale à extensão por mais 20 anos da concessão da usina - que vence em 2028 - no contexto da sua privatização pelo governo de São Paulo. O valor está em linha com o esperado pelo mercado, considerando a nova redução da garantia física da usina, anunciada pelo governo na semana passada.

A garantia física nada mais é que a energia assegurada que a usina tem e pode contratar. Com a nova revisão, tal referência vai cair para 886 megawatts (MW) médios. Essa é a terceira redução seguida sofrida pela usina. No fim de 2016, um ajuste levou a garantia de 1.017 MW médios para 992,6 MW médios. Desde 1º de janeiro deste ano, uma outra diminuição entrou em vigor, derrubando para 941,8 MW médios.

O cálculo da outorga considera um preço médio projetado para a energia gerada no período de 2028 a 2048, trazido a valor presente. Com a redução da garantia física, era natural que a outorga também fosse ajustada para baixo.

O preço por ação da Cesp, que será recebido pelo governo de São Paulo, também deve cair em relação aos R\$ 16,80 estabelecidos no ano passado, quando o leilão acabou cancelado por falta de interessados. Além da necessidade de um ajuste de preços para aumentar a atratividade no processo de privatização, pesa ainda contra a companhia o fato de que está ligeiramente sobrecontratada até 2022 - mesmo com a garantia física de 941,8 MW médios.

Como os contratos precisam ser respeitados e a Cesp não tem proteção judicial contra o déficit de geração das hidrelétricas (GSF), isso indica que a companhia será ainda mais exposta ao mercado de curto prazo nos próximos anos. Esse fator deve ser descontado do preço da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol, Rodrigo Polito, Camila Maia, Ivan Ryngelblum e Fernando Torres | Do Rio e São Paulo

Título: Petrobras pode pagar dividendo no 1º tri

A Petrobras planeja começar a pagar dividendos trimestrais e a tendência de que o faça já no primeiro trimestre é "altíssima", segundo o presidente da companhia, Pedro Parente. A empresa informou ontem a realização de um estudo para a distribuição dos lucros a cada três meses.

O resultado do estudo, caso seja aprovado pelo conselho de administração, será encaminhado para deliberação da assembleia anual de acionistas, prevista para ser realizada no dia 26 de abril.

Em teleconferência com analistas e investidores sobre os resultados de 2017, o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Ivan Monteiro, disse que as mudanças em estudo na política de pagamento de dividendos são referentes apenas à periodicidade da distribuição. Não está prevista alteração nas regras para pagamentos para os detentores de ações preferenciais e ordinárias. Ou seja, deve ser mantida em estatuto a regra que prevê que, quando há lucro no exercício social e consequente distribuição de algum resultado, os preferencialistas tem direito a receber o mínimo de 3% do valor patrimonial da ação ou 5% do valor do capital social da ação, dos dois o maior.

A discussão sobre dar frequência maior ao pagamento do provento decorre da experiência internacional e da percepção de que há um tipo de investidor que

valoriza essa prática. No Brasil, as instituições financeiras pagam uma parcela dos proventos mensalmente, e depois complementam no fim do exercício. Segundo Parente, a proposta está em linha com o objetivo de continuar o aperfeiçoamento da governança da companhia.

"A maior previsibilidade que temos (sobre o resultado) é que vai permitir que tenhamos uma visão mais concreta a respeito da possibilidade de pagar dividendos. Achemos que temos uma altíssima probabilidade de pagar dividendos, sim, caso a política seja aprovada pelo conselho e pela assembleia, já nos resultados do primeiro trimestre", disse Parente ontem em entrevista a jornalistas, sinalizando a tendência de a empresa ter lucro no exercício de 2018.

O presidente da Petrobras também afirmou que a possibilidade de eventos não recorrentes que impactem os resultados é menor no futuro e que os passivos não resolvidos no balanço têm diminuído. No quarto trimestre do ano passado, a Petrobras fechou um acordo para encerrar o processo coletivo ("class action") nos Estados Unidos, que pesou nos resultados do ano passado em R\$ 11,2 bilhões, mais a adesão aos programas de regularização de débitos federais, que tiveram um efeito negativo em 2017 de R\$ 10,4 bilhões. Agora, o balanço fica supostamente livre para a retomada do lucro.

"A empresa, sob o ponto de vista operacional, está muito bem", afirmou Parente, citando uma margem Ebitda e geração de caixa boas. "Temos absoluta certeza que vamos continuar bem nos resultados operacionais, com previsibilidade maior do bottom line (resultado líquido) da empresa", continuou.

A última vez que a Petrobras pagou dividendos foi em 2014, no valor de R\$ 8,7 bilhões, mas referente o lucro obtido em 2013. A interrupção ocorrida interrompeu uma sequência iniciada em 1992. Desde então a estatal vem tendo seguidos resultados negativos, sendo o primeiro de R\$ 21,6 bilhões, de 2014, em meio ao escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato.

Também não haverá distribuição de dividendos referentes aos resultados de 2017, completando o quarto ano sem o pagamento. Como regra geral, a Lei das S.A. determina que após três anos sem dividendos os acionistas preferencialistas devem ter direito a voto. No caso da estatal, isso não ocorre pois a Lei do Petróleo explicita que apenas as ações ordinárias podem votar nas assembleias.

Ainda segundo o presidente da estatal, a empresa pagará meio salário aos funcionários sobre o resultado do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás e Camila Maia | De São Paulo****Título: Corte da dívida em 2017 respondeu por um terço das gigantes do setor**

Os esforços da Petrobras em equilibrar suas finanças nos últimos anos, depois de ostentar o posto de empresa não financeira de capital aberto com a maior dívida do planeta, voltaram a render frutos em 2017. A estatal reduziu seu endividamento líquido em dólares em US\$ 11,51 bilhões no ano passado - um terço do corte realizado pelas maiores do mundo.

O **Valor** fez um levantamento com os balanços das cinco maiores petrolíferas com ações em bolsa que já os publicaram, além da própria estatal. As companhias são ExxonMobil, Royal Dutch Shell, BP, Chevron e Total. O resultado conjunto foi de uma diminuição da dívida em US\$ 34,05 bilhões, ou 11%, para US\$ 276,54 bilhões. Desde setembro de 2016, em todos os trimestres essas companhias veem as obrigações caírem.

Em ritmo de atividade acelerado na época em que o barril do petróleo esteve constantemente perto dos US\$ 120, as empresas foram pegadas no contrapé quando, de 2014 para 2015, os preços afundaram. Em três semestres, a commodity sofreu desvalorização de 70% e chegou perto de valer apenas US\$ 30 cada barril. Tomado por novos projetos de exploração, o setor acabou com uma dívida grande demais para o retorno das operações e começou a vender ativos.

A Petrobras, contudo, era um caso à parte. A estatal chegou a dever mais de US\$ 104 bilhões em junho de 2015, um recorde histórico. Para ela, portanto, diminuir os passivos e fazer a alavancagem financeira encolher foi uma missão muito mais difícil - e ainda em processo.

Para efeito de comparação, nessa lista de empresas analisadas pelo **Valor**, apenas a Shell chega perto em termos de endividamento, depois de comprar o BG Group, outro gigante do setor. Mas sua dívida era de US\$ 65,35 bilhões em dezembro, 23% menor do que a da brasileira.

No desempenho operacional, porém, a Petrobras fica bem para trás. Em 2017, os preços médios do petróleo subiram 24% sobre 2016, com a cotação à vista aproximando-se de US\$ 70 entre o fim do ano e o início de 2018. Mesmo assim, a receita líquida da empresa avançou apenas 9,1%, para US\$ 88,83 bilhões. Juntas, as outras cinco gigantes elevaram a receita exatamente em 24%, para US\$ 1,11 trilhões.

Um fator que explica o desempenho pior da estatal é que hoje a Petrobras já é uma empresa menor, devido aos desinvestimentos realizados nos últimos anos. A companhia tem ainda como meta concluir a venda de US\$ 21 bilhões em ativos até o fim deste ano.

Considerando apenas a receita do segmento de exploração e produção (E&P), o resultado da receita da companhia foi até melhor do que a média global. A receita total cresceu 26,7%, para US\$ 42,24 bilhões.

A última linha do balanço das seis também traz uma diferença entre a brasileira, ainda muito envolta em baixas contábeis e a ação coletiva nos Estados Unidos - que só no quarto trimestre levou US\$ 3 bilhões do resultado. A empresa ainda registra prejuízo, de menos de US\$ 90 milhões em 2017. Esse número significa redução de 98,1% das perdas. Mas as outras cinco juntas viram o lucro crescer 194%, para US\$ 53,88 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: União vai cobrar R\$ 1 bi para alongar concessão da Cesp

A outorga que a União vai cobrar pela renovação da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera, principal ativo da Cesp, será de R\$ 1 bilhão, apurou o **Valor** com uma fonte do Ministério de Minas e Energia (MME).

O montante equivale à extensão por mais 20 anos da concessão da usina - que vence em 2028 - no contexto da sua privatização pelo governo de São Paulo. O valor está em linha com o esperado pelo mercado, considerando a nova redução da garantia física da usina, anunciada pelo governo na semana passada.

A garantia física nada mais é que a energia assegurada que a usina tem e pode contratar. Com a nova revisão, tal referência vai cair para 886 megawatts (MW) médios. Essa é a terceira redução seguida sofrida pela usina. No fim de 2016, um ajuste levou a garantia de 1.017 MW médios para 992,6 MW médios. Desde 1º de janeiro deste ano, uma outra diminuição entrou em vigor, derrubando para 941,8 MW médios.

O cálculo da outorga considera um preço médio projetado para a energia gerada no período de 2028 a 2048, trazido a valor presente. Com a redução da garantia física, era natural que a outorga também fosse ajustada para baixo.

O preço por ação da Cesp, que será recebido pelo governo de São Paulo, também deve cair em relação aos R\$ 16,80 estabelecidos no ano passado,

quando o leilão acabou cancelado por falta de interessados. Além da necessidade de um ajuste de preços para aumentar a atratividade no processo de privatização, pesa ainda contra a companhia o fato de que está ligeiramente sobrecontratada até 2022 - mesmo com a garantia física de 941,8 MW médios.

Como os contratos precisam ser respeitados e a Cesp não tem proteção judicial contra o déficit de geração das hidrelétricas (GSF), isso indica que a companhia será ainda mais exposta ao mercado de curto prazo nos próximos anos. Esse fator deve ser descontado do preço da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Victor Aguiar e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Petrobras derruba Ibovespa em dia de perdas para emergentes

Em um dia ruim para as bolsas emergentes, o Ibovespa foi o destaque negativo. E boa parte das perdas veio das ações da Petrobras, responsáveis por cerca de 30% da queda do índice. Esse movimento surpreende até mesmo os analistas, que consideraram o balanço divulgado pela companhia ontem positivo, mesmo com o forte prejuízo registrado.

O Ibovespa caiu 1,3%, a 84.928 pontos, depois de tocar a mínima de 84.720 pontos. O giro financeiro foi forte, de R\$ 9,6 bilhões. E foi incrementado pelas ações da petroleira: a ação preferencial girou R\$ 1,75 bilhão e caiu 4,78%, aos R\$ 21,31; Petrobras ON, por sua vez, recuou 2,08% (R\$ 23,12), com giro de R\$ 450 milhões.

A queda da bolsa refletiu, em grande medida, o ambiente externo mais incerto. A preocupação crescente com a política protecionista do governo americano e com os efeitos potenciais sobre economias emergentes tem afetado os mercados de ações de modo geral. A bolsa brasileira sofreu mais porque, aqui, o investidor acumula um ganho mais expressivo. Em dólar, o Ibovespa caiu ontem 2,13%, contra 1,15% de perda da bolsa mexicana, 0,31% de baixa da bolsa russa, 1,20% na África do Sul e recuo de 1,27% no Chile. Mas, no ano, o Ibovespa lidera com folga: sobe 11,91%. A segunda maior valorização nessa lista é a bolsa da Rússia, com ganho acumulado de 8,04%.

"O humor do mercado mudou por causa da preocupação com a política americana. E isso pegou o mercado local com posição técnica desfavorável", afirma o sócio da Rosenberg Investimentos, Marcos Mollica. Ele diz que o mercado chegou a operar sob o efeito da aposta de que o BC prolongaria para além da reunião de março o ciclo de alívio monetário - expectativa que já perdeu força. E agora, o investidor faz ajustes.

Petrobras foi especialmente castigada pelo fato de ser um papel de grande liquidez, o que faz da ação uma porta de entrada ou de saída dos estrangeiros. Mas o balanço divulgado ontem, embora tenha sido considerado positivo, serve de argumento para realização. A empresa teve prejuízo de R\$ 5,477 bilhões no quarto trimestre, ante expectativa de um resultado negativo próximo a R\$ 500 milhões.

O prejuízo foi causado pela provisão de R\$ 11,2 bilhões para pagamento do acordo com acionistas em ação movida na Justiça americana. Ainda assim, o mercado optou por embolsar parte dos ganhos, que são ainda bastante expressivos: no ano, Petrobras PN sobe 37,08%, segunda maior valorização do índice e, em um mês, 11,85%. Já Petrobras PN avança 33,11% em 2018 e 10,46% em um mês.

"O mercado já sabia que viria um prejuízo, que não haveria pagamento de dividendos", afirma um gestor de um fundo paulista. O profissional acompanhou de perto as explicações da empresa sobre os resultados e, considerando a queda do papel, decidiu ampliar um pouco sua posição em ações preferenciais ontem.

Também contribuiu para a reação negativa a discussão sobre o impacto de uma possível mudança na metodologia do índice MSCI. A ideia seria reduzir o peso de ações com poder de voto menor que 25%. Em relatório, o BTG Pactual diz que, caso a mudança seja confirmada, o Brasil seria o mais prejudicado entre os emergentes - a participação do país no índice MSCI para mercados emergentes cairia de 7,3% para 5,7%. Mas analistas ponderam que o prazo para adequação a uma eventual mudança nas regras seria longo e que, portanto, reagir a essa discussão agora parece prematuro.

MME / ASCOM .